

Questões socioambientais no contexto político e educacional brasileiro: uma análise a partir do fundamento histórico-crítico

RESUMO

As condições naturais dos ecossistemas têm sido brutalmente alteradas em decorrência do modo de produção capitalista. Atualmente vivemos o que chamamos de crise climática e, apesar de ser debatida há alguns anos pelas instâncias de poder, o colapso climático sempre foi apontado como algo distante, ao passo que a devastação da natureza e a emergência climática têm sido ignoradas por diversas figuras em posições importantes de poder como governadores e as grandes corporações. Diante disso, o presente estudo utiliza-se da Pedagogia Histórico-Crítica, do Materialismo Histórico-Dialético e da Educação Ambiental Crítica, com o objetivo de debater acerca das problemáticas que tangem a emergência climática, assim, trouxemos a discussão sobre como o agronegócio corrobora a esse fenômeno, a fim de realizar a crítica dessa atividade exercida no país, tal como a necessidade de superar as ideias da exploração da sociedade-natureza impostas pela democracia burguesa, bem como compreender por meio da educação escolar os determinantes causais desta crise civilizatória, a fim de alcançarmos uma sociedade que traga o equilíbrio da relação entre sociedade-natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Emergência climática; Relação Sociedade-Natureza; Pedagogia Histórico-Crítica; Materialismo Histórico-Dialético.

Izabela Lourenço Silva
izabela.l.silva@unesp.br
orcid.org/0000-0002-3283-7978
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, São Paulo, Brasil.

Ana Paula Biondo Lhamas
ana.lhamas@unesp.br
orcid.org/0000-0003-0862-8495
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Jacarezinho, Paraná, Brasil

Jorge Sobral da Silva Maia
sobral.maia@unesp.br
orcid.org/0000-0003-4066-738X
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Jacarezinho, Paraná, Brasil.

Socio-environmental issues in the brazilian political and educational context: an analysis based on historical-critical fundamentals

ABSTRACT

The natural conditions of ecosystems have been brutally altered as a result of the capitalist mode of production. We are currently experiencing what we call the climate crisis and despite being debated for a few years by the authorities in power, climate breakdown has always been pointed out as something distant, while the devastation of nature and the climate emergency have been ignored by several figures in important positions of power such as governors, and large corporations. Taking it into consideration, the present study uses Historical-Critical Pedagogy, Historical-Dialectical Materialism and Critical Environmental Education, with the aim of debating the problems relating to the climate emergency, thus, we brought the discussion about how agribusiness corroborates to this phenomenon, in order to criticize this activity carried out in the country, as well as the need to overcome the ideas of the exploitation of society-nature imposed by bourgeois democracy, and to understand through school education the causal determinants of this civilizational crisis in order to achieve a society that brings balance in the relationship between society-nature.

KEYWORDS: Climate emergency; Society-Nature Relationship; Historical-Critical Pedagogy; Historical-Dialectical Materialism.

INTRODUÇÃO

As condições naturais dos ecossistemas têm sido brutalmente alteradas em decorrência do modo de produção capitalista. A vida nesta sociedade demanda fontes de energia, trabalho humano e recursos naturais em alta intensidade, impossibilitando a manutenção e equilíbrio ecossistêmico, afetando a plenitude da expressão da vida. Assim, vivemos atualmente o que chamamos de crise climática ou emergência climática.

Como destaca Löwy (2013), esta crise surge de um conjunto de fatores que se entrelaçam dentro do sistema capitalista, explorando os recursos naturais, o solo e suas riquezas, a água, poluindo o ar que respiramos, assim como exploram a atividade vital dos seres humanos, em um processo de mercantilização que favorece e potencializa a acumulação privada da riqueza material produzida nas economias nacionais. Apesar do debate ocorrer há alguns anos pelas instâncias de poder, o colapso climático sempre foi apontado como algo distante, num futuro longínquo. Entretanto, o processo de devastação da natureza acelerou-se abruptamente, ao passo que a acumulação do capital se restringe a um pequeno grupo em detrimento da maioria da população, que sofre com eventos climáticos extremos, além das inúmeras e inequívocas situações de pauperização impostas por esse modelo de produção de vida em sociedade.

Podemos evidenciar o exposto pelo aumento exponencial da poluição do ar, a constante emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) proveniente da utilização de combustíveis fósseis e do desmatamento das matas nativas que desempenham papel fundamental na captura e armazenamento de gás carbônico da atmosfera, questões essas que se atrelam, principalmente, às atividades como o agronegócio e dos sistemas de transporte existentes, que têm potencializado o efeito estufa e intensificado a crise climática já existente. Outros fatores como a contaminação da água, destruição da camada de ozônio, destruição em velocidade cada vez maior das matas nativas e rápida redução da biodiversidade causando a extinção de milhares de espécies (Löwy, 2013), também fazem parte do contexto da crise climática.

Assim, é possível identificar que mudanças climáticas para além da elevação da temperatura planetária (Zupelari & Cavalari, 2020) traz eventos extremos que vão de precipitações intensas em algumas regiões e secas expressivas em outras, até desertificação de algumas regiões, também a elevação do nível do mar e uma série de catástrofes associadas a esses eventos.

Neste sentido, ao longo da história dos seres humanos, o agravamento das formas de se utilizar os bens naturais é evidente, diante disso, há preocupação de algumas instâncias de poder global em colocar em prática, diretrizes para regulamentar a forma de utilização da natureza (Silva, 2023). O Protocolo de Kyoto é um deles, criado no ano de 1997 com o objetivo de alcançar a “redução de emissões para os países desenvolvidos e os que, à época, apresentavam economia em transição para o capitalismo, considerados os responsáveis históricos pela mudança atual do clima” (Brasil, 2002) como no caso dos Estados Unidos, símbolo do capitalismo, um dos países mais poluidores do mundo e, se recusou a ratificar o protocolo alegando que o mesmo prejudicaria o desenvolvimento do país (Löwy, 2013).

Além disso, tivemos outras ações como a Conferência Internacional das Nações Unidas – Rio+20, na qual se apresentou o conceito de economia verde, uma estratégia que aparentemente visava ampliar a luta pela qualidade ambiental, todavia tem o objetivo de mercantilizar a natureza e transferir o controle do patrimônio ambiental para os agentes do capital, fato determinante na crise socioambiental atual. Esses fatores e ações, que não enfrentam os problemas da crise socioambiental em sua essência, favorecem a devastação da natureza e a emergência climática e fazem com que diversas figuras em posições importantes de poder, como governadores e as grandes corporações, ignorem e trabalhem para a que população se mantenha alienada em relação a real condição de desequilíbrio ecossistêmico. Por isso, poucos são os agentes da iniciativa privada e do poder público interessados em adotar e promover medidas para evitar eventos extremos relacionados à emergência climática, tais como os registrados ao longo dos últimos anos.

Consideramos mesmo que esses agentes também apresentam-se alienados diante da periculosidade imposta pela crise socioambiental, talvez a mais grave vivida pela humanidade. Convém destacar que a alienação na perspectiva do materialismo histórico-dialético constitui uma categoria analítica que se apresenta pela relação estabelecida pelos seres humanos e sua atividade vital (Marx, 2004).

Esta atividade e o fruto dela são expropriados do agente produtor, retirando seu controle sobre o processo produtivo e sobre o produto gerado, promovendo o estranhamento do ser humano em relação a si, em relação ao outro e em relação ao ambiente em que vive. Neste sentido, é possível compreender o descompromisso em relação ao desequilíbrio ecossistêmico como determinante da problemática socioambiental.

Considerando esta problemática, em 2024, tivemos os casos de seca e calor extremos em diferentes partes do Brasil, enchentes no Rio Grande do Sul, as queimadas na Amazônia e Pantanal que assolaram outros países como Bolívia e Paraguai, além de refletir na presença de fumaça vista em vários estados brasileiros.

Diante disso, o presente estudo tem por objetivo debater problemáticas referentes à história recente do país e realizar aproximações concernentes à emergência climática e a educação pública, a fim de mostrar caminhos, finalidades e estratégias para auxiliar na discussão no âmbito escolar, para alcançarmos uma educação emancipadora e que possibilite uma relação de equilíbrio entre sociedade-natureza.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para discutir as questões que perpassam a temática central deste artigo, nos respaldamos na Educação Ambiental Crítica, no Materialismo Histórico-Dialético e na Pedagogia Histórico-Crítica, referenciais estes que são fundamentais para que alcancemos e possamos romper definitivamente com as determinações que ocasionam a crise socioambiental.

O Materialismo Histórico-Dialético é um método desenvolvido por Marx e Engels que remete à interpretação da realidade, através da materialidade e da

concreticidade, portanto, refere-se a forma de organização dos seres humanos na sociedade para a produção e reprodução da vida, a qual visa transformar as bases exploratórias instituídas pelo modo de produção capitalista. Desse modo, o método possui foco na interpretação e transformação da realidade por meio da práxis, entendida como a unidade entre teoria e prática (Pires, 1997). Portanto, quando o sujeito toma conhecimento de que é um ser social e histórico e passa a compreender o contexto social onde está inserido por meio dos determinantes que incidem na vida social, ele torna-se capaz de buscar a transformação dessa mesma realidade (Pires, 1997).

Como aponta Konder (2008, p. 44):

[...] o pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho: é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, que dão “vida” a cada totalidade.

O Materialismo histórico-dialético permite, na perspectiva da totalidade dialética, desvelar as leis fundamentais da organização social ao longo da história da humanidade em suas diversas expressões do ponto de vista da produção da vida, isto porque possibilita a análise da vida material, concreta das relações de produção. Com isso identifica a contradição dos processos e fenômenos sociopolíticos, econômicos e ambientais para além da visão formal, por vezes hegemônica que tendem a perpetuar o sistema e suas mazelas.

No que se refere a Pedagogia Histórico-Crítica trata-se de uma pedagogia elaborada por Dermeval Saviani e colaboradores, sendo uma teoria pedagógica pautada no Materialismo Histórico-Dialético (Saviani, 2012), que busca compreender o processo educacional com base no desenvolvimento histórico-objetivo articulado com a teoria pedagógica com o objetivo de instrumentalizar, isto é, ofertar as ferramentas culturais para que os indivíduos busquem a transformação da sociedade, rumo à emancipação política e principalmente humana. Esta teoria permite compreender a educação atual e também os determinantes que historicamente objetivaram os processos educativos escolares, ou seja, busca compreender a organização da sociedade no modo de produção capitalista e os entraves sob a educação escolar (Saviani, 2012).

Não sem sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica pauta-se pela relação de estruturação da sociedade através da relação materialista e de caráter histórico, possibilitando captar o contexto social, político, econômico e organizacional que a escola está inserida. Portanto, a Pedagogia Histórico-Crítica propõe uma educação crítica, emancipatória e transformadora enquanto o Materialismo Histórico-Dialético nos possibilita fazer análises dialéticas sobre os fenômenos da realidade, com vista a uma sociedade mais justa e equilibrada.

Ainda nos valem da Educação Ambiental Crítica entendida aqui como “processo pedagógico que tematiza o ambiente levando à apropriação da cultura e das produções do gênero humano e que permite o enfrentamento da crise societária por que passa a humanidade” (Maia & Teixeira, 2012, p. 241) e objetiva promover e compreender as contradições do capital para com a natureza (Peneluc, Pinheiro & Moradillo, 2018), fornecendo assim, base para compreender e relacionar as problemáticas sobre a degradação da natureza.

AGRONEGÓCIO E A ACELERAÇÃO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: APONTAMENTOS DOS FENÔMENOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Atualmente é possível vivenciar diversos eventos climáticos extremos em decorrência da emergência climática, em diferentes lugares do planeta, tais como as enchentes da África (Quênia) e da Ásia (Indonésia, Afeganistão); maior registro da temperatura média e aumento das ondas de calor no verão do Hemisfério Norte; assim como o aceleração do degelo na Antártida e Ártico. No Brasil, vivenciamos as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul no final do mês de abril e começo de maio de 2024, além das queimadas e seca hídrica histórica na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, em especial no mês de setembro do mesmo ano (Bones & Araújo, 2024).

Sabe-se que as enchentes são fenômenos naturais já conhecidos pela população, como aponta Wollmann (2014). No entanto, esse fenômeno tem sido intensificado. No caso do Rio Grande do Sul, o nível do Guaíba superou recordes de cheia de 1941 no ano de 2024, em contrapartida, devemos considerar que o nome próprio do “*Guahyba*” significa “encontro das águas” na língua Tupi-Guarani, por isso, se espera que com vários dias de precipitação haja cheia nesse determinado território (Silveira *et al.*, 2023).

Ainda, neste local, “as chuvas têm sua origem ligada às correntes perturbadas de Sul (Frentes Polares), e de Oeste (Instabilidades Tropicais), com um fortíssimo predomínio das primeiras sobre as segundas” (Wollmann, 2014, p. 80). Assim, os volumes de chuvas produzidos são muito superiores, o que pode levar à ocorrência de enchentes no estado, principalmente no inverno. Além disso, Wollmann (2013, p. 80) aponta que estudos sobre as enchentes no estado vêm sendo debatidos ao longo dos anos por diversos autores e destaca que, “Dentre os principais estudos científicos de levantamento de enchentes nas bacias hidrográficas sul-rio-grandenses, destacam-se os de Reckziegel (2007), Wollmann (2010, 2013), Righi (2011, 2013), Oliveira (2010) e Menezes; Scoti (2013)”.

O estado do Rio Grande do Sul possui uma população de 10.882.965¹ milhões de pessoas residindo em 497 municípios (IBGE, 2023). Após as intensas chuvas que causaram a maior tragédia da história do estado, 78 municípios decretaram calamidade pública e 340 municípios ficaram em situação de emergência, sendo um total de 478 municípios afetados, segundo o relatório de Impactos das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em Maio de 2024² e Defesa Civil do estado.

Além dos danos materiais sofridos pela população, 806 pessoas foram feridas, 27 desaparecidas e 183 pessoas morreram, além dos animais que também sofreram com tal impacto climático no estado. A tragédia desvelou o descaso proveniente da “administração do estado do Rio Grande do Sul, que adotaram políticas de estrangulamento do setor público e privatização de áreas de interesse público” (Rizzotto, Costa & Lobato, 2024, p. 1).

Apesar de o Estado contar com um sistema antienchentes, os dados revelam que no ano de 2018 houve um alerta ao governo do estado e para a prefeitura da cidade de Porto Alegre, de que o sistema de bombeamento requeria uma manutenção urgente, visto que poderia apresentar falhas, alerta este ignorado pelo prefeito da cidade, Sebastião Melo (Rizzotto, Costa & Lobato, 2024).

Já em 30 de abril de 2024, uma semana antes do desastre no estado, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), emitiu um alerta ao governo do estado sobre o possível risco de desastre no estado³, nota essa que foi ignorada pelo atual Governador Eduardo Leite, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), defensor dos princípios do neoliberalismo.

Ao longo do seu mandato no estado, Eduardo Leite, tem executado um desmonte na legislação ambiental⁴, acompanhados da política de Ricardo Salles, amplamente conhecido como o ex-ministro da “passagem da boiada”.

Foram mais de 489 medidas tomadas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, a partir de 2019, primeiro ano de mandato do atual governador Eduardo Leite, que causaram o desmonte da legislação ambiental, como a flexibilização de regras ambientais para a construção de barragens para irrigação em Áreas de Preservação Permanente (APP) e, mais recentemente, o não investimento em infraestrutura para proteção de encostas e na recuperação do sistema de proteção contra enchentes de Porto Alegre (capital do estado), que, na enchente de setembro de 2023, já havia mostrado a necessidade de recuperação e que agora “falhou miseravelmente”, lamenta Walter Collischonn, professor de engenharia ambiental e engenharia hídrica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (Rizzotto, Costa & Lobato, 2024, p. 2).

Sendo a natureza a questão central do capitalismo, Löwy (2013, p. 81) destaca, que “se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental é produto do processo de acumulação do capital”.

Após as enchentes que assolaram o estado do Rio Grande do Sul, a sociedade brasileira vivencia atualmente uma grande problemática em decorrência do desmatamento desenfreado das matas nativas e queimadas criminosas produzidas em prol de um sistema agropecuário predatório, muito se refere em larga escala aos biomas Amazônico e do Pantanal, ao passo do avanço desenfreado da lógica do capital sobre o ambiente, também em focos isolados de incêndios em diversos locais de diferentes estados brasileiros como: São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais⁵ (Inpe, 2024), coletou e apresentou dados a partir do Programa Queimadas que evidenciam o ano de 2024 como o maior período com focos de queimadas da última década. No mês de setembro ocorreram 83.157 focos de incêndios por todos os estados brasileiros, sendo liderado pelo estado do Mato Grosso com 19.964 (24%); em segundo mostra o estado do Pará com 17.434 focos (21%); e em terceiro o estado do Amazonas com 6.879 (8,3%) casos registrados.

O estado do Mato Grosso possui três biomas brasileiros, sendo eles: Amazônia, Pantanal e Cerrado, enquanto os estados do Amazonas e Pará fazem parte da Floresta Amazônica. Neste sentido, podemos considerar que os biomas citados anteriormente, foram os mais afetados com as queimadas ocasionadas, em quantidade significativa no mês de setembro de 2024.

Os biomas brasileiros são afetados desde o início da colonização do Brasil, como aponta Silva (2023, p. 8):

O desmatamento das Matas Nativas acontece desde o início da colonização do país que se instala de forma agressiva, explorando de maneira desenfreada os recursos naturais além

de fazer uma massiva introdução de animais e espécies exóticas nesses ambientes. Tal fato foi potencializado ao longo da história, principalmente pela atual forma de organização da sociedade, sendo ela capitalista.

No que se refere em particular ao bioma Amazônico, permaneceu pouco explorado economicamente entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Com o cenário de ditadura militar no Brasil, se estabelece a elaboração de um projeto de interesse político e econômico a fim de ocupar a região da Amazônia e integrá-la ao comércio e à produção do mercado nacional, que já tinha sido colocado em prática com a construção da Rodovia Belém-Brasília por Juscelino Kubitschek, entre o final da década de 1950 e início de 1960. Juscelino ainda havia instituído a Zona Franca de Manaus, assim como oferecia condições para que o país aumentasse o número de projetos de agropecuários, principalmente por conta da Política de Desenvolvimento Regional (Mesquita, 2009).

Assim, a degradação se inicia a partir da ocupação de parte do território, em especial a partir do ano de 1970, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), com a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230). Neste contexto, Médici propunha acabar com o “Inferno Verde” por meio da ideia de unir o Brasil, em contrapartida, a rodovia teve um custo de mais de US\$1 bilhão na época, não chegando ao fim e sendo engolida pela floresta.

Segundo o Memorial da Democracia (1970, n.p):

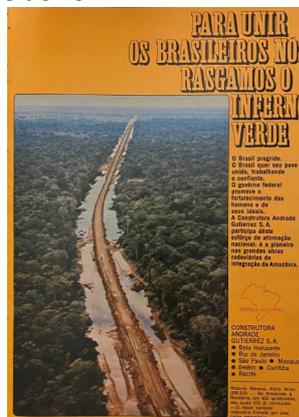
A Transamazônica era a joia do Plano de Integração Nacional (PIN), que incluía uma rodovia gêmea, a Perimetral Norte, a rodovia Cuiabá-Santarém, um projeto de irrigação no Nordeste e a ponte Rio-Niterói – única obra efetivamente concluída. O slogan do PIN era “integrar para não entregar”.

O Plano de Integração Nacional (PIN) implementado tinha como principal objetivo promover o desenvolvimento econômico e a integração das regiões Norte e Centro-Oeste, consideradas pelo governo como menos favorecidas. O Plano foi respaldado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de Junho de 1970. Destaque o “Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém” (Brasil, 1970).

A partir desse momento começa-se uma divulgação por parte da mídia da época para glorificar a construção da rodovia na Amazônia. Manchetes eram postas a todo momento para os cidadãos com ideias como “Para unir os brasileiros nós rasgamos o inferno verde” ou “Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil”. Em 1972, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) publicou a revista “Isto é, Amazônia” colocando a Amazônia como um local de muita riqueza e que precisava ser ocupado e explorado. Além disso, outras revistas como a *Revista Realidade*, de 1970, produziam propagandas com viés instigar a busca pelo ouro e o desenvolvimento a partir da exploração dos recursos naturais e da rodovia no Amazonas, a qual faziam propagandas maciças nesse período.

Figura 1

Propaganda da construtora Andrade Gutierrez publicada na Edição Especial Amazônia da Revista Realidade de 1972.



Fonte: Reprodução/Acervo Ricardo Cardim.

Com isso, a classe trabalhadora se deslocou para a região da Amazônia. Como aponta Pereira (2013, p. 1):

Ao nível do discurso oficial, o deslocamento dos denominados excedentes populacionais do Nordeste “esvaziaria” os conflitos sociais nessa região à medida em que criaria polos de mão de obra favoráveis à expansão dos projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e industriais na Amazônia.

Para compreendermos esse contexto político-econômico com objetivos de desenvolvimento e lucratividade, é preciso retomar as mudanças que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos em resposta à crise econômica em 1973, dos regimes de Welfare State, sendo necessário mudar o cenário da sociedade democrática liberal para controlar os movimentos sociais que lutavam pelos direitos trabalhistas, em busca de ir contra as reformas que surgiram e ganharam força nesse período, como a ideia de que o mercado fosse livre de regras; ações para que haja o crescimento de desemprego para a criação do exército de reserva, ao mesmo tempo que proporciona condições para que haja aceitação de trabalhos cada vez mais precários, sem garantia de direitos trabalhistas, sem o questionamento do trabalhador para com o patrão, a fim de manter a exploração humana e a lucratividade das empresas (Duriguetto & Demier, 2017).

Com isso, a defesa do neoliberalismo propõe o crescimento lucrativo da exploração da relação sociedade-natureza sem estabelecer limites que impeçam o crescimento do capital. A partir dessa política econômica, a classe dominante dos meios de produção utiliza do Estado para diminuir ao máximo os direitos sociais e políticos dos trabalhadores, a fim de favorecer o setor privado com o aumento das privatizações e parcerias público-privadas em instituições públicas, como escolas, estatais, unidades de saúde e dentre outros setores (Duriguetto & Demier, 2017).

No Brasil, o caráter de contrarreformas neoliberais se concretizam apenas na década de 1990 com os governos de Itamar Augusto Cautiero Franco e Fernando Collor de Mello, este período foi marcado pelo aumento de venda de estatais para as instituições financeiras internacionais ocasionando as privatizações de

empresas estatais brasileiras de setores como o de telecomunicações, energia elétrica, financeiro, metalúrgica e siderúrgica, extração de minerais e dentre outros (Siffert Filho & Silva, 1999).

Neste mesmo contexto, muitas instituições privadas internacionais se interessam pela aquisição de terras brasileiras para a exploração de recursos naturais com o intuito de extrair e exportar matéria prima para outros países (Cavalcanti & Fernandes, 2012).

Assim, a década de 1990:

é marcada por uma forte crise da agricultura brasileira, com a falência generalizada de agricultores e agroindústrias, no rastro das medidas neoliberais que retiraram subsídios, reduziram créditos e expuseram a agricultura à competição de outros países com a redução de taxas alfandegárias (Alentejano, 2020, p. 253).

Então, a soja, principal produto de produção no Cerrado, chega até a Amazônia e se torna um dos locais prevaletentes de desmatamento para o plantio do grão. A soja não é exclusivamente a responsável pelo desmatamento e destruição do bioma, atividades como a exploração de minérios, de madeira e o uso da área para a expansão da pecuária são outras atividades que comprometem a manutenção desse espaço, assim como da biodiversidade de espécies e da população local (Cavalcanti & Fernandes, 2012).

Desmatar e explorar ilimitadamente os biomas brasileiros, tais como a Floresta Amazônica, contribui com a emergência climática no sentido de que processos naturais, como a regulação climática, a evapotranspiração responsável pelo ciclo da água e pela formação de rios voadores não seguirão seu percurso natural, afetando a vida dos seres vivos, inclusive dos seres humanos, assim como aumentam o nível de erosão e perda do solo, lixiviação, corrobora a perda de biodiversidade, com a poluição do ambiente, diminuição de recursos hídricos e dentre outros fatores (Domingues & Bermann, 2012).

Com isso, podemos observar a ascensão do agronegócio no Brasil, passando de uma modernização conservadora nas décadas de 1960 até 1990 para uma economia baseada no agronegócio a partir da década de 2000 (Cordeiro, 2022).

Dados mostram que no Brasil, o setor do agronegócio cresceu, já que:

O valor médio anual das exportações passou de 50 bilhões de dólares no período 1995/99 para cerca de 200 bilhões no final da década de 2000, com a participação dos produtos básicos passando de 25% para 45% da pauta de exportações em 2010 e somados aos semimanufaturados este número passa para 54,3%, configurando a reprimarização do comércio exterior (Alentejano, 2020, p. 254).

O primeiro e segundo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é marcado pelo aumento significativo de *commodities* influenciado pela China, se tornando um dos principais países exportadores de produtos agrícolas, somado ao aumento de políticas públicas que alavancaram o crescimento econômico do Brasil (Corsi, Mendonça & Santos, 2024). Apesar da expressão considerável do crescimento econômico brasileiro durante a primeira década do século XXI, o setor do agronegócio bateu recordes de faturamento durante o governo Bolsonaro no contexto pandêmico de Covid-19.

Segundo dados disponibilizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)⁶, no ano de 2020 o agronegócio cresceu em relação ao ano de 2019 e alcançou participação de 26,6% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro totalizando R\$2 trilhões de reais apenas nesse setor. Em 2021, continuou aumentando, alcançando 27,4% do PIB do país, mas em 2022, caiu e registrou a marca de 24,8%. No ano de 2023, o índice do PIB do setor do agronegócio ficou em 23,8%, sendo que a atividade agropecuária cresceu 15,1%⁷ (Brasil, 2024).

Nesta perspectiva, é possível considerar que o crescimento do agronegócio é ocasionado por alguns fatores, como: a expansão das áreas desmatadas para a plantação de *commodities* e a criação de bovinos. Na safra de 2019/2020 a área plantada era de 65,9 milhões de hectares, já na safra de 2023/2024, até o mês de agosto de 2024, a área é de 79,7 milhões de hectares. Os principais estados produtores de grãos são: Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Tocantins e Maranhão. Além disso, o Brasil totaliza 234.352.649 cabeças de bovinos⁸ (Brasil, 2024).

Assim, o agronegócio tem explorado os biomas brasileiros em busca da lucratividade. Em governos de extrema direita, como o de Jair Messias Bolsonaro, o setor aproveitou para tomar diferentes territórios para a expansão da monocultura e do poder de latifundiários, devido à flexibilização das legislações ambientais, cortes orçamentários em instituições ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ocasionadas pelo ex-Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (Lhamas, 2023).

Os quatro anos de mandato de Bolsonaro foram marcados pelo descaso, inclusive na área ambiental, e foram utilizados como pauta de campanha eleitoral de Lula. Mesmo após ganhar a eleição, Lula continua defendendo a pauta de reconstrução do Brasil em seu terceiro mandato, mas nada que altere a ordem da democracia burguesa, ao ponto de superarmos o modo de produção atual para o enfrentamento da exploração socioambiental, assim como o setor que mais causa danos ambientais no Brasil, o agronegócio.

Embora Lula tenha empossado um petista para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que em tese é o órgão responsável pela progressão da reforma agrária no país, existe um flagrante desequilíbrio de forças a favor do agronegócio e dos grandes produtores de *commodities* agropecuárias. Para garantir a tênue governabilidade, Lula não pode desagradar em demasia a relevante bancada ruralista do parlamento brasileiro, que já possui uma tendência praticamente gravitacional para a oposição de direita – o setor foi um dos principais cabos eleitorais e apoiadores do governo Bolsonaro e do Golpe de 2016 contra Dilma Rousseff (Corsi, Mendonça & Santos, 2024, p. 104).

SUPERAÇÃO DA IDEIA DE DEMOCRACIA BURGUESA: DEBATES EDUCACIONAIS REVOLUCIONÁRIOS PARA A SUPERAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Para a superação de uma democracia burguesa para uma democracia participativa de teor marxista, é imprescindível o entendimento sobre os

elementos que compõem o primeiro tipo de democracia, para não cairmos nos erros de defender interesses que não são favoráveis à classe trabalhadora (Martorano, 2007).

A democracia burguesa iniciou-se a partir da Revolução Francesa por meio dos próprios trabalhadores e de burgueses para tomar o poder da monarquia francesa, com o objetivo de lutar por melhores condições econômicas e políticas. Neste momento, a burguesia era revolucionária. No entanto, a burguesia se apropriou do poder econômico e político por meio das alianças que estabeleceu com o exército e com a igreja, dando origem ao Estado de direito (Bigoto, 2017), e em posse do controle econômico e político passou a ser conservadora e abriu caminho para as concepções neoliberais da atualidade.

Assim, os principais elementos que definem essa democracia burguesa se expressam, segundo Martorano (2007), nas condições desiguais de liberdades políticas; no conflito entre o parlamento e a burocracia de Estado; contradição entre a titularidade e o exercício da soberania popular; concorrência política limitada; e suspensão da legalidade constitucional. Diante disso, discutiremos alguns desses elementos estabelecendo paralelos entre os acontecimentos expressos na sociedade brasileira a partir do século XXI e posteriormente, debateremos como os interesses da democracia burguesa se refletem no âmbito escolar.

Na terceira característica que expressa a contradição entre a titularidade e o exercício da soberania popular, Martorano (2007) discute que os eleitores são obrigados a exercer o voto a cada 4 anos em um “representante político”, mas poucas são as ações efetivas que obriguem os eleitos a exercer as propostas estipuladas no plano político da campanha eleitoral e tão pouco há meios para que estes sejam retirados por essa representação, a não ser por *impeachment*. Neste mesmo sentido, Martorano (2007) ainda defende que não há uma legítima representação política, pois os eleitores são controlados por mecanismos políticos e de eleição.

Nesta perspectiva, pudemos presenciar no Brasil o Golpe institucional sofrido por Dilma Vana Rousseff, derivado em processo de *impeachment* no ano de 2016. A presidente teve sua candidatura cassada, ou seja, a suspensão da legalidade constitucional (Martorano, 2007), por acusações de “[...] desrespeito à lei da improbidade administrativa, a lei orçamentária e suspeita de envolvimento em atos de corrupção na estatal Petrobrás por meio de investigações da Operação Lava Jato, conduzida pela Polícia Federal” (Prado & Pieri, 2017).

O cargo de presidente da república foi assumido pelo seu então vice Michel Miguel Elias Temer Lulia, o qual foi responsável por criar e aprovar muitos projetos de lei e discursos contra os interesses da classe trabalhadora, como a Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência e Reforma do Novo Ensino Médio (NEM) (Prado & Pieri, 2017).

Todas as reformas propostas e aprovadas posteriormente corroboram as ideias da burguesia. Com a Reforma Trabalhista aprovada em abril de 2017, foram realizadas mudanças nas jornadas de trabalho, com a flexibilização de: jornada 12x36; jornadas intermitentes; jornada de trabalho parcial; intervalo intrajornada; criação de banco de horas; home office; e mudanças nas horas extras⁹. Na época, o governo de Michel Temer usava do discurso de

“modernização” para realizar propagandas positivas com a afirmativa que com essa reforma aumentariam as ofertas de empregos no Brasil, os trabalhadores e empregadores realizariam acordos entre si de modo que o trabalhador seria beneficiado, além de afirmar e garantir maior segurança para o mercado financeiro, em vez disso, a burguesia ganhou ainda mais espaço para explorar e lucrar a partir dos trabalhadores (Carvalho, Pinheiro & Freitas, 2021; Prado & Pieri, 2017).

Ainda no mesmo governo, a proposta de Reforma da Previdência foi iniciada e incentivada por meio da PEC 287/2016, mas por falta de apoio no Congresso Nacional, devido às denúncias do empresário Joesley Batista acusando Temer de envolvimento direto com corrupção, o projeto não foi sancionado. Com isso, a proposta foi aprovada apenas no governo de Jair Bolsonaro sobre o cargo do ministro da Economia, Paulo Guedes, no ano de 2019. Os elementos trazidos pela proposta foram:

A mudança do tempo mínimo de contribuição, a criação de uma alíquota unificada de contribuição dos servidores privados e públicos, seguindo o princípio do imposto de renda, e a elevação da idade para aposentadoria para homens e mulheres (Jardim & Moura, 2023, p. 71).

A característica dessa reforma segue a perspectiva capitalista neoliberal, que preza pela mínima intervenção estatal, a partir de um modelo misto de Previdência social, mas que permite também a capitalização da Previdência privada. O governo de Bolsonaro utilizou a justificativa que a Previdência social era a principal responsável por fatores como o alto índice de desemprego, pelo deficit orçamentário e que a solução para todos esses problemas, inclusive para a “briga” entre jovens e idosos pelos empregos no Brasil, seriam resolvidos com a implantação da Previdência privada. Apesar da propaganda sobre a Previdência privada, o modelo não foi implantado em sua totalidade por influência do Banco Mundial, já que sem a contribuição de novos integrantes, os aposentados ficariam sem a aposentadoria (Jardim & Moura, 2023).

Além da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência, Michel Temer favoreceu as condições para a aprovação da Reforma do Novo Ensino Médio (NEM). O modo de produção capitalista se mantém a partir de reformas para os problemas que se expressam na prática social, deste modo:

Para nos localizarmos a qual contexto estamos inseridos, é preciso reconhecer o cenário atual como um campo predominante da “Ideologia Neoliberal”, isso é, tudo precisa se transformar em lucro. E para chegar a esse objetivo, o pensamento neoliberal, apresenta as “Reformas” como a única solução para os problemas evidentes. Sendo assim, a educação precisa se transformar (Munhoz, Medeiros, Santana, Molina & Perin, 2023, p. 24).

O Ensino Médio configura-se como a etapa final da educação básica com viés de formação para o ensino superior, no entanto, tem sido questionada ao longo do tempo sobre o seu papel e funcionamento dentro das escolas públicas. Assim, a proposta de reforma colocou-se de forma a ser atrativa e mais “moderna” mascarando o seu caráter de regresso e com a falsa ideia de que os estudantes teriam a liberdade de escolha dos percursos formativos de interesse através dos chamados itinerários formativos que possuíam como única e exclusiva ideia, a formação e o direcionamento para o mercado de trabalho, ignorando uma

formação que seja voltada para o ensino emancipatório. Além disso, propôs um aumento da carga horária de 2.400 horas para 3.000 horas, sendo dividida em 1.800 para as disciplinas de Formação Geral Básica (FGB) e de 1.200 horas para o percurso formativo flexível (Lima & Maciel, 2018).

O projeto de reforma então iniciado em 2016, teve uma acelerada tramitação através da Medida Provisória, a MP 746/16 aprovada e instituída sob a Lei nº 13.415/2017 que caracteriza a reforma do Ensino Médio, com mudanças na estrutura curricular, com a justificativa que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) são baixos, por isso, seria necessária a reorganização curricular, principalmente do Ensino Médio, com o intuito de preparar os estudantes para a educação profissional, ou seja, para o trabalho alienado (Silva, 2018).

A referida Lei destaca que:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino [...].

Diante disso, o NEM teve sua vinculação à BNCC e modificou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como apontam Silva e Araújo (2021, p. 7):

Ao ser incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/16), a reforma deixou a cargo dos entes federados que ofertam o ensino médio realizarem as adequações necessárias. Dentre os dispositivos que necessitam de normatização estadual citamos: a carga horária destinada à formação básica comum, que não poderá exceder a 1.800 horas; a proposta curricular do “Novo Ensino Médio” tendo por referência a BNCC; os critérios e processos destinados a conferir “notório saber” para a docência; e a realização de parcerias.

Neste sentido, discussões foram travadas contra a reforma do Ensino Médio devido à proposta de extinguir as disciplinas de Filosofia e Sociologia, assim como a obrigatoriedade nos três anos apenas das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e o Inglês como língua estrangeira, em detrimento de outras áreas do conhecimento (Silva, 2018).

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) segue os padrões e orientações de instituições internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o objetivo de formar sujeitos para o mercado de trabalho, assim, é possível considerar que o currículo traz uma proposta de ensino baseada em conteúdos práticos, com pouca fundamentação teórica, prezam pelo cotidiano em detrimento do conhecimento científico, assim como estimulam a competitividade, individualidade e ações pragmáticas. Nesta perspectiva, a área educacional tem sido objeto do mercado, funcionando de acordo com os seus princípios (Munhoz *et al.*, 2023).

Esse fato se inicia no governo de Michel Temer, mas se mantém nos governos seguintes, mesmo que com características divergentes. No governo de Jair Bolsonaro, entre os anos de 2019-2022, a violência, ódio e assassinato nas escolas aumentaram, sendo possível presenciar situações de ataques contra docentes e discentes de diferentes instituições, assim como o aumento das *fake*

news e de informações negacionistas, principalmente durante a pandemia de Covid-19 (Xavier, Oliveira, Ignacio & Lima, 2024).

Logo, no mandato do primeiro ministro da educação, em 2019, Ricardo Vélez Rodríguez criou a secretaria de fomento para as escolas cívico-militares, no entanto, após quatro meses à frente do cargo, o ministro foi demitido ainda em 2019, sendo substituído por Abraham Weintraub que permaneceu no cargo até o ano de 2020. Este deu seguimento no projeto de implementação das escolas cívico-militares, assim como na implantação de escolas pilotos para testar o NEM. O substituto de Abraham Weintraub, Milton Ribeiro, assumiu o ministério no ano de 2020, durante a pandemia da Sars-CoV-2 e ficou conhecido por congelar o tempo de serviço dos docentes durante o regime remoto, de forma a prejudicar o direito de quinquênios, anuênios e licença-prêmio e demais direitos dos professores. O ministro também foi o responsável por publicar o Cronograma Nacional de Implementação do NEM em 2021 (Xavier *et al.*, 2024).

O Cronograma institui o início para todas as escolas em 2022, começando da 1ª série; em 2023 a 1ª e 2ª séries e assim progressivamente. Além disso, previu as novas matrizes de avaliação do SAEB e atualização da matriz do Novo ENEM. Ainda em 2021, 37 servidores do INEP pediram demissão por falta de autonomia técnica e administrativa (Xavier *et al.*, 2024, p. 470).

No ano de 2022, ainda no governo de Bolsonaro, o NEM passa a vigorar. Assim, diversos problemas perpassam a educação mediante a referida reforma como: a desvalorização dos professores e professoras abatidos pela presença de profissionais do “notório saber” lecionando, a formação básica dos estudantes que sofreu grande precarização como a redução da carga horária das disciplinas, precarizando o ensino dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos. Além disso, os docentes sofreram com a implantação dos itinerários formativos devido a falta de estrutura física, tecnológica e de materiais para a execução das aulas.

Somado a esses fatores, o NEM estimulou a crescente implementação das metodologias ativas que se atrelam à ideologia burguesa, precarizando portanto, a formação da classe trabalhadora.

Como destaca (Cássio & Goulart, 2022, p. 290):

A reforma do ensino médio não é reformável. Seus efeitos perversos, que já estão sendo observados nas pesquisas, não são tratáveis ou corrigíveis por meio de ‘revisões’ da política educacional. Eles são estruturais, pois o NEM é uma reforma de currículo que não envolve investimentos massivos para a realização das promessas veiculadas na propaganda oficial e chanceladas pelos apoiadores bilionários. Políticas indutoras pontuais, a exemplo do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, não respondem às grandes demandas do ensino médio no país.

Diante das diversas problemáticas apontadas no que se refere ao NEM instituído no governo Temer e que perpassam o governo Bolsonaro a qual mantiveram-se os objetivos de formação reducionista e pragmática. Outro ponto, segundo Barbosa (2019, p. 96), está na “adoção por parte do MEC de medidas obscurantistas, autoritárias, persecutórias e de desmontagem da política nacional de educação com a redução do financiamento federal”. Assim, muitos são os aspectos que demarcam o NEM e com ele alguns movimentos estudantis que começam a surgir pedindo a revogação da reforma, como o movimento Revoga NEM e que segue até o atual mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a eleição de novos governadores e de um novo presidente da república no ano de 2023, criou-se uma grande perspectiva de mudança no cenário vivido pelos brasileiros ao longo do obscuro governo Bolsonaro. Algumas dessas pautas de mudanças se atrelam a, por exemplo, políticas públicas de mitigação da crise climática, conservação da natureza com foco na diminuição do desmatamento na Amazônia causada pelo agronegócio, revogação do NEM, entre outros fatores. No entanto, embora tenham melhorado as condições socioeconômicas para a população em comparação com o governo anterior, a sociedade ainda vive o entrave para a tomada de decisões de fato efetivas.

Com a volta de Lula à presidência, movimentos sociais, estudantes, docentes e dentre outros profissionais da educação esperavam a revogação do NEM, no entanto, apesar de diversos trâmites e movimentos populacionais, a revogação não aconteceu, sendo aprovada a criação da Lei nº 14.945, de 31 de Julho de 2024¹⁰ que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio. Algumas dessas alterações estão na carga horária oferecida, na escolha dos itinerários e nas formações ofertadas.

Art. 24. I - a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e de 1.000 (mil) horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do *caput* deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação.

Além das mudanças na carga horária, temos a aprovação dos itinerários formativos e formação técnica na lei sancionada pela Câmara dos Deputados (2024), com a seguinte definição: “IV - articulação entre os diferentes saberes com base nas áreas do conhecimento e, quando for o caso, no currículo da formação técnica e profissional”.

Neste sentido, o referencial teórico da Pedagogia Histórico-Crítica permite compreender que a aprovação da Lei nº 14.945/2024 favorece os interesses do mercado em formar sujeitos para o trabalho alienado, já que, esses componentes curriculares flexibilizam a socialização dos conhecimentos científicos para os estudantes, principalmente das escolas públicas, além de precarizar o desenvolvimento humano dos mesmos, pois este só é alcançado a partir do desenvolvimento cultural por meio das apropriações do processo histórico-social dos seres humanos, que com o NEM tem sido impossibilitado (Martins, 2012).

Assim, o processo de aquisição das particularidades humanas, isto é, dos comportamentos complexos culturalmente formados, demanda a apropriação do legado objetivado pela prática histórico-social. Os processos de internalização, por sua vez, se interpõem entre os planos das relações interpessoais (intersíquicas) e das relações intrapessoais (intrapíquicas); o que significa dizer: instituem-se a partir do universo de objetivações humanas disponibilizadas para cada indivíduo singular pela mediação de outros indivíduos, ou seja, por meio de processos educativos (Martins, 2012, p. 212).

Somado a essas aprovações, no ano de 2024, a precarização da socialização dos conhecimentos científicos continua, desta vez pelo atual governador do estado Tarcísio de Freitas, o qual vetou no dia 08 de outubro, o Projeto de Lei

(PL) nº 80/2023 proposto pelo deputado Guilherme Cortez (PSol). O PL tinha o objetivo de implantar a educação climática nas escolas de São Paulo para o combate à emergência climática. O projeto seria inserido como um conteúdo complementar às disciplinas já existentes na grade curricular e já havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp)¹¹.

Assim, os governantes da democracia burguesa, tal como Tarcísio de Freitas, corroboram a lógica do capital, pois discutir sobre a emergência climática abre espaço para os questionamentos sobre quais são os principais causadores dos fatores que contribuem para a degradação do ambiente. No Brasil, o principal fator causador da exploração da sociedade-natureza é o modo capitalista de produzir cuja expressão é também o agronegócio, desta forma, projetos com a perspectiva de proporcionar essas reflexões não são de interesse dos representantes do poder público, já que, a intenção está em manter a ordem e o funcionamento do modo de produção atual.

O esvaziamento da escola pública apresenta-se de forma velada afetando portanto, os estudantes no Ensino Médio, ou seja, os filhos e filhas da classe trabalhadora deste país, o que acaba por afastar esses sujeitos do desenvolvimento cultural humano, sem proporcionar uma formação crítica, bem como seu avanço para uma educação emancipatória.

Portanto, somente através da EA Crítica, sendo aquela que assume papel de enfrentamento da atual crise ambiental, é que possibilita que dentro do processo de ensino e aprendizagem os estudantes compreendam em sua totalidade as questões da crise climática e adotem uma visão de mundo e uma prática social, capazes de minimizar os impactos ambientais decorrentes do modo de produção da vida. Como aponta Loureiro (2007, p. 68) “é preciso assumir com tranquilidade que vivemos em sociedade e que, portanto, mesmo quando buscamos ir além da realidade na qual estamos imersos, acabamos muitas vezes repetindo aquilo que queremos superar”. Portanto, faz-se necessário nos direcionarmos sempre para uma educação crítica e emancipatória, que busque a transformação da realidade e constituição dos sujeitos.

Neste sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2012), enquanto teoria pedagógica fornece os elementos para que os sujeitos entendam a necessidade de se organizar para buscar a superação do modo de produzir a vida. Este referencial teórico defende a socialização do saber sistematizado e intencional por meio da educação escolar, com o objetivo de formar sujeitos que conheçam as mediações e os fenômenos da realidade objetiva para além do imediato e do senso comum, a fim de compreender as contradições da prática social para então superá-la (Galvão, Lavoura & Martins, 2019) .

Assim, este processo formativo é longo e perpassa as etapas da educação básica, com o intuito de desenvolver a natureza humana. O ser humano, é um ser social, desta forma, para se tornar humano, precisa se apropriar dos conhecimentos e da cultura produzidos historicamente (Martins, 2012).

No entanto, com a negação de conhecimentos aos filhos/filhas da classe trabalhadora por meio de políticas públicas educacionais, como do NEM, os sujeitos têm condições desiguais de humanização, desta maneira, o processo educativo não é o mesmo para todos os estudantes na sociedade de classes o que precariza a aprendizagem e o desenvolvimento humano dos estudantes

(Martins, 2012), pois a negação do conhecimento científico, artístico e filosófico mantém a estrutura vigente e o interesse na exploração da sociedade-natureza (Mendes, 2020).

CONCLUSÃO

No presente artigo buscamos, por meio do contexto histórico recente da nossa sociedade, debater acerca das problemáticas que tangem a emergência climática, abordando os caminhos de forma crítica a fim de traçar caminhos para compreender as bases em que se instituem os determinantes a crise civilizatória da sociedade democrática burguesa.

Assim, a democracia burguesa continua a perpetuar e defender sua ideologia e interesses, seja em governos fascistas, como o de Jair Bolsonaro, seja em governos de esquerda liberal, como o de Lula. É válido enfatizar que os dois presidentes têm propostas totalmente opostas sobre a forma de gerenciar o Brasil, no entanto, seguem a lógica de manter o modelo econômico neoliberal como imperativo da organização econômica nacional, perpassando todas as instâncias e organizações da sociedade e reafirmando o modo de produção capitalista. Além disso, é evidente que numa democracia burguesa não é possível a apropriação do conhecimento pela classe trabalhadora o que impossibilita essa classe obter uma formação emancipatória, bem como da compreensão da realidade posta.

Portanto, faz-se necessário uma reorganização da classe trabalhadora para que essa se reconheça com uma classe e compreenda a necessidade da luta diuturna contra o domínio do capital sobre o trabalho mediado pelo estado burguês. Em outras palavras constituir-se como classe trabalhadora para si.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, por meio do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX). A bolsa concedida pela CAPES/PROEX permitiu o desenvolvimento deste artigo, além de ser indispensável para formação acadêmica e profissional.

NOTAS

1. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). Cidades e Estados: Rio Grande do Sul. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>.
2. Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2024). Relatório sobre as perdas do evento enchentes em maio de 2024. <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sisperdas-evento-enchentes-em-maio-2024.pdf>.
3. CEMADEN. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden/MCTI.
4. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. 30/04/2024 - Previsão de riscos geo-hidrológicos. <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/riscos-geo-hidrologicos/30-04-2024-previsao-de-riscos-geo-hidrologicos>. Acesso em: 20 set. 2024.
5. Sintrajufe. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União. Interesses do Agro. Mais de 400 normas ambientais no RS foram mudadas pelo governo do RS em 2019: medidas acompanharam política de 'sales', ministro da 'passagem da boiada'. <https://sintrajufe.org.br/mais-de-400-normas-ambientais-no-rs-foram-mudadas-pelo-governo-do-rs-em-2019-medidas-acompanharam-politica-de-sales-ministro-da-passagem-da-boiada/>.
6. INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2024). Programa Queimadas. BDQueimadas. Gráficos. Brasil - todos os estados. <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas/#graficos>.
7. CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (2024). PIB do Agronegócio Brasileiro. <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>.
8. Brasil. Secretaria de Comunicação Social (2024). Assuntos. Notícias. 2024. Com recorde no agro, PIB do Brasil cresce 2,9% em 2023. <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/03/com-alta-recorde-da-agropecuaria-pib-do-brasil-cresce-2-9-em-2023>.
9. Brasil. Ministério da Agricultura e Pecuária (2024). Política Agrícola. Principais Publicações. Agropecuária Brasileira em números. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros>.
10. JUS Brasil (2017). Pesquisa jurídica que transforma. Direito do Trabalho. jornada de Trabalho. Reforma Trabalhista. 7 mudanças na jornada de trabalho

após reforma trabalhista. <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/7-mudancas-na-jornada-de-trabalho-apos-reforma-trabalhista/534664364>.

11. Câmara dos Deputados. (2024). Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Diário Oficial da União. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>.

12. CartaCapital (2024). Carta Expressa. Tarcísio veta projeto que previa educação climática nas escolas de São Paulo: A proposta era de autoria do deputado Guilherme Cortez (PSOL). <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/tarcisio-veta-projeto-que-previa-educacao-climatica-nas-escolas-de-sao-paulo/>.

REFERÊNCIAS

Alentejano, P. (2020). A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*, 4(42), 251-285.

Allmond, S., & Makar, K. (2018, July). Scaffolding data conversations in a primary classroom. In M. A. Sorto, A. White, & L. Guyot (Eds.), *Looking back, looking forward. Proceedings of the Tenth International Conference on Teaching Statistics*, Kyoto, Japan. https://iase-web.org/icots/10/proceedings/pdfs/ICOTS10_4B3.pdf

Bigoto, B. M. (2017). A Participação da Burguesia Francesa nas Revoluções e Movimentos Sociais Contemporâneos. *Revista Científica UNAR (ISSN 1982-4920), Araras (SP)*, 15(2), 67-85.

Brasil. (1970, 5 de fevereiro). Decreto-Lei nº 1.106. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De1106.htm#:~:text=Art%201%C2%BA%20%C3%89%20criado%20o%20Programa%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Nacional,%20com. Acesso em 2 de outubro de 2024.

Brasil. (n.d.). Protocolo de Quioto. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-quioto.html>. Acesso em 23 de setembro de 2024.

Brasil. (2002, 20 de junho). Decreto Legislativo nº 144. Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-144-20-junho-2002-458772-protocolo-1-pl.html>. Acesso em 23 de setembro de 2024.

Carvalho, L. L. de, Pinheiro, V., & de Freitas, L. G. (2021). Análise do discurso do presidente Michel Temer para garantir a implementação da reforma trabalhista. *fólio - Revista De Letras*, 13(1). <https://doi.org/10.22481/folio.v13i1.8379>.

- Cavalcanti, M., & Fernandes, B. M. (2012). Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. *Revista Nera*, (13), 16–25. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i13.1387>.
- Chiste, P. de S. (2016). Pesquisa-Ação em mestrados profissionais: análise de pesquisas de um programa de pós-graduação em ensino de ciências e de matemática. *Ciência & Educação*, 22(3), 789-808. <https://doi.org/10.1590/1516-731320160030015>.
- Coelho, J. C. (2010). *Processos Formativos na Direção da Educação Transformadora: temas-dobradiça como contribuição para abordagem temática*. (Tese de Doutorado em Educação Científica e Tecnológica), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Cordeiro, T. G. B. de F. e (2022). “Agro sem partido”? Coerção e consenso-a investida do agronegócio na educação brasileira. *Revista Trabalho Necessário*, 20(41), 01-22.
- Corsi, F. L., Mendonça, M. G. de, Santos, A. dos. (Orgs.)(2024). Governo Lula, terceiro mandato: velhos impasses e novos desafios na política e na economia. In: *América Latina na conjuntura pós-pandemia*, 1.ed. – Marília, SP: Projeto Editorial Praxis, 2024.
- Cunha, L. L. da; Leite, R. L.; Santos, F. D. G. dos; & Pinto, M. F. (2023). Como os medicamentos e a automedicação são abordados nos livros didáticos de biologia?. *ACTIO*, 8(2), 1-24. <https://doi.org/10.3895/actio.v8n2.15333>.
- Domingues, M. S., & Bermann, C. (2012). O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. *Ambiente & sociedade*, 15, 1-22.
- Duriguetto, M. L., & Demier, F. (2017). Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. *Argumentum*, 9(2), 8-19.
- GALVÃO, A. C., Lavoura, T. L., & Martins, L. M. (2019). *Fundamentos da Didática Histórico – Crítica*. Campinas: Autores Associados.
- Hussein, A. (2009). The use of Triangulation in Social Sciences Research: Can qualitative and quantitative methods be combined?. *Journal of Comparative Social Work*, 4(1), 106–117. <https://doi.org/10.31265/jcsw.v4i1.48>.
- Karkow Bones, N., & Broni de Araújo, L. (2024). “This is not the time to look for culprits”: The dismantling of environmental policies in the government of Eduardo Leite and the climate calamity in Rio Grande do Sul in may 2024 . In *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9769>.
- Lima, M., & Maciel, S. L. (2018). A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 23, e230058.
- Lopes, C., Antunes, M. L., & Sanches, T. (2019). Writing with ethics: Strategies to quoting and referring. In T. Sanches, M. L. Antunes, & C. Lopes (Eds.),

- Improving the academic writing experience in higher education* (pp. 109-153). Nova Science Publishers.
- Lhamas, A. P. B. (2023). *Educação Ambiental Crítica e Saneamento Básico: uma análise sobre o entendimento docente na escola pública*. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Bauru-SP.
- Loureiro, C. F. B. (2007). Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. *Conceitos e práticas em educação ambiental na escola*, 65.
- Löwy, M. (2013). Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, 26, 79-86.
- Maia, Jorge Sobral da Silva & TEIXEIRA, Lucas André (2012). Concepções epistemológicas para pensar a educação ambiental sócio histórica: algumas aproximações. In GABRIEL, F.A.; GAVA, G. L. *Ensaio filosóficos: antropologia, neurociência, linguagem e educação*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco.
- Martins, L. M. (2012). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da Psicologia Histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-crítica*. Autores Associados.
- Martorano, L. C. (2007). Democracia burguesa e apatia política. *Crítica Marxista*, 14(24), 37-50. <https://doi.org/10.53000/cma.v14i24.19586>.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo Editorial.
- Mendes, C. B. (2020). *Educação Ambiental na formação inicial de professoras e professores: a categoria totalidade como proposta de enfrentamento*. 230f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Bauru-SP.
- Mesquita, B. A. D. (2009). Demanda por alimentos e as consequências na Amazônia brasileira “sucesso” do agronegócio e tragédia do desmatamento. *12ª Encuentro de Geógrafos de América Latina; Montevideo, Uruguai*.
- Memorial da Democracia. (n.d.). Governo inicia a Transamazônica. Disponível em <https://memorialdademocracia.com.br/card/governo-inicia-a-transamazonica>. Acesso em 2 de outubro de 2024.
- Munhoz, M. L., Medeiros, P. J., Santana, J. N., Molina, A. A., & Perin, C. S. B. (2023). A BNCC e o novo ensino médio: a educação sob a ótica do neoliberalismo. *Ensino e Tecnologia em Revista*, 7(2), 16-31.
- Novo, A., Nobre, A., Simão, J., & Pereira, P. (Coords.). (2020). *Plágio e integridade acadêmica na sociedade da informação*. Universidade Aberta. <https://doi.org/10.34627/ftpm-hq41>.
- Pereira, A. dos R. (2013). Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. *Revista de Pesquisa Histórica*, 31, 1-17.

- Prado, G. dos S., & Pieri, J. T. (2017). A persuasão para a aceitação: uma análise das propagandas do governo Temer e sua agenda reformista. *Revista Thêma et Scientia*, 7(2), 8-26.
- Rizzotto, M. L. F., Costa, A. M., & Lobato, L. V. da C. (2024). Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: O caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. *Saúde em Debate*, 48, e141ED.
- Saviani, D. (2012). *Escola e democracia*. 34. ed. Campinas: Autores Associados.
- Siffert Filho, N. F., & Silva, C. S. (1999). As grandes empresas nos anos 90: respostas estratégicas a um cenário de mudanças. In: BNDES, *A economia brasileira nos anos 90* Rio de Janeiro, BNDES.
- Silva, M. R. D.. (2018). A BNCC da reforma do ensino médio: O resgate de um empoeirado discurso. *Educação Em Revista*, 34, e214130. <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>
- Silva, M. R. D., & ARAÚJO, R. M. L. D. (2021). Educação na contramão da democracia-a reforma do ensino médio no Brasil. *Revista Trabalho Necessário*, 19(39), 6-14. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/50143>.
- Silva, I. L. (2023). *O processo educativo ambiental em escolas públicas de São Paulo e Paraná: a questão das matas nativas como referência*. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/58309340-74f6-493b-9b71-6658c54028a7/content>. Acesso em 23 de setembro de 2024.
- Silva, A. F. G. da. (2004). *A Construção do Currículo na Perspectiva Popular Crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas*. (Tese de Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Silveira, A. L. L. D., Dornelles, F., Goldenfum, J. A., Possa, T. M., Collischonn, W., & Moraes, S. R. (2023). A histórica cheia de 1941 na bacia hidrográfica do Guaíba. *Encontro Nacional de Desastres (3.: 2023: Niterói, RJ). Eventos extremos e sociedade sob a perspectiva das mudanças climáticas [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: ABRHidro, 2023.
- P22. (2020, 19 de novembro). Como a imprensa glorificou a destruição da floresta na ditadura militar. *Página 22*. Disponível em <https://pagina22.com.br/2020/11/19/como-a-imprensa-glorificou-a-destruicao-da-floresta-na-ditadura-militar/>. Acesso em 9 de outubro de 2024.
- Wollmann, C. A. (2014). Enchentes no Rio Grande do Sul do século XXI. *Mercator (Fortaleza)*, 13, 79-91.
- Xavier, A. A., Oliveira, J. D. S., Ignacio, J. A. Z., & de Lima, M. A. (2024). Política educacional em transição: O “novo” ensino médio no contexto do governo Lula. *Epitaya E-books*, 1(58), 465-478.

Zupelari, M. F. Z., & Cavalari, R. M. F. (2020). Contribuições do debate modernidade/pós-modernidade para a compreensão da crise socioambiental: um estudo sobre teses e dissertações em educação ambiental. *ACTIO: Docência em Ciências*, 5(2), 1-23.

Recebido: 18 nov. 2024
Aprovado: 21 abr. 2025
DOI: <https://doi.org/10.3895/actio.v10n2.19489>

Como citar:

Silva, I. L.; Lhamas, A. P. B; & Maia, J. S. S.. (2025). Questões socioambientais no contexto político e educacional brasileiro: uma análise a partir do fundamento histórico-crítico. *ACTIO*, 10(2), 1-21.
<https://doi.org/10.3895/actio.v10n2.19489>

Correspondência:

Izabela Lourenço Silva
Rua Vitério Christoni, APTO 272, n. 1160, São Luiz, Ourinhos, São Paulo, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.



Received: Nov. 18, 2024
Approved: Apr. 21, 2025
DOI: <https://doi.org/10.3895/actio.v10n2.19489>

How to cite:

Silva, I. L.; Lhamas, A. P. B; & Maia, J. S. S. (2025). Socio-environmental issues in the brazilian political and educational context: an analysis based on historical-critical fundamentals. *ACTIO*, 10(2), 1-24.
<https://doi.org/10.3895/actio.v10n2.19489>

Address:

Izabela Lourenço Silva
Rua Vitério Christoni, APTO 272, n. 1160, São Luiz, Ourinhos, São Paulo, Brasil.

Copyright: This article is licensed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.

